

Biblioteca Anarquista



A Filosofia do Certo e do Errado

Benjamin Tucker

Benjamin Tucker
A Filosofia do Certo e do Errado
1881

Adquirido em 02/08/2024 de theanarchistlibrary.org
Tradução por: Coletivo Editorial Letra A.

bibliotecaanarquista.org

1881

A calamidade mais séria que acompanha as premissas falsas no reino do pensamento é que os inimigos declarados e conscientes do despotismo são pintados como os advogados e defensores persistentes das agências centrais sobre as quais ele se apoia. Não fazemos essa afirmação em um espírito de autossuficiência e presunção, e estamos cientes de que aqueles que diferem de nós, é claro, a usarão contra nós mesmos. Naturalmente, sentimos muita certeza de que a filosofia que molda os ensinamentos do Liberdade é correta e irresponsável; mas somos falíveis e, se a história das opiniões humanas ensina alguma coisa, é que nada neste mundo é uma finalidade.

Mas em uma coisa todas as escolas de sociologia concordarão, a saber, que o primeiro passo em todo raciocínio que visa o bem-estar humano é fixar uma base científica correta do certo e do errado. Esses termos estão na boca de todos, desde o jovem tagarela até o velho teólogo e moralista, e ainda assim a maioria das pessoas não tem uma concepção fixa do que constitui uma ação como certa ou errada. A cada passo, encontramos pessoas disputando e argumentando sobre o certo e o errado de uma coisa, mas prenda-as a qualquer momento e pergunte a elas o que constitui o certo e o errado na natureza e na prática, e elas são totalmente incapazes de responder. E ainda assim todo o argumento em todos os casos é inútil e sem valor até que este ponto seja resolvido.

O principal mal que acompanha essa lamentável ausência de um verdadeiro padrão científico do certo surge da inferência universalmente aceita de que, assim que alguém se convence de que uma prática é o que ela chama de errada, é seu próximo e imperativo dever começar a interditar essa prática pela força. Por exemplo, há um eleitorado muito grande entre os pensadores de hoje que estão convencidos de que a usura é errada. O "Mundo Irlandês" é o reservatório mais conspicuo na América dos protestos que surgem dessa convicção. No entanto, o fardo da canção de todo protestante é que a usura deve ser esmagada da existência pela força. Ela não tem o direito de viver, deve ser proibida e punida, porque é errada.

Agora, assumindo que o vago padrão de certo e errado adotado por essas pessoas é uma espécie de utilitário, baseado neste caso na teoria de que emprestar com usura em todos os casos causa mais mal do que bem (ou seja, mais prejuízo do que benefício), eles estão em terreno insustentável e estão sujeitos a cair em uma armadilha a qualquer momento; pois não seria difícil produzir casos individuais onde a prática de emprestar com usura, longe de ser uma lesão a alguém, seria um benefício prático,

não apenas para os indivíduos que contratam, mas para a comunidade em geral. Pelos seus próprios padrões, então, emprestar com usura, em tal caso, não seria errado. Mas, se for respondido que, embora emprestar com usura possa frequentemente provar ser um benefício mútuo para os indivíduos, seus resultados finais sobre a sociedade em geral são desastrosos, e que, portanto, a sociedade em geral deve impedir os indivíduos de fazer o que eles podem concordar mutuamente, então a Liberdade deve, é claro, exigir uma parada incondicional! Pois essa é a própria essência do despotismo contra o qual protestamos, — a saber, o direito da sociedade em geral de interditar indivíduos pela força.

E recuar, para justificar tal curso, na frase "direito moral", é tanto anticientífico quanto pernicioso. Pois o direito moral não tem intérprete autoritativo e, portanto, não deve ser feito, como pode ser tão facilmente, uma arma de tirania. Uma coisa deve ser certa ou errada de acordo com alguma análise correta do domínio natural da ação individual e associativa. Dizer "direito moral", no sentido acima referido, é sobrecarregar nossas concepções com um termo malicioso que não tem status científico.

Às vezes desejamos que os próprios termos, certo e errado, fossem abolidos; pois, até que sejam feitos para ter um verdadeiro significado científico, eles são uma fonte perpétua de maldade e desorientação. Mas, até que alguém dê ao mundo uma terminologia científica correta, devemos tolerá-los da melhor forma possível, enquanto nos esforçamos em todas as oportunidades para direcionar sua aplicação de modo a fazê-los valer para a Liberdade, em vez de para o despotismo, como geralmente é feito na sociedade como governada atualmente.

Certo e errado são princípios que devem ser sempre definidos, qualificados e circunscritos pelo indivíduo, em sua capacidade associativa: definidos, por uma análise correta do domínio natural da ação individual; qualificados, pela ação reflexa natural de outros indivíduos; circunscritos, pela lei inflexível de que toda ação, individual e associativa, será às custas exclusivas da parte ou partes que agem.

Sob esta lei, todos os indivíduos têm o direito de fazer tudo e qualquer coisa que elus possam escolher voluntariamente fazer às suas próprias custas. Torne esta lei universal e mantenha as mãos da Igreja, do Estado e de todos os outros déspotas arbitrários e coercitivos longe dela, e a Liberdade perfeita resultará tão naturalmente quanto todas as outras coisas encontram seu nível na natureza. A prática da usura é uma prerrogativa sagrada e inviolável de indivíduos que escolhem contratar para seu paga-

mento. Se o custo, na prática, finalmente recai sobre as massas inocentes e trabalhadoras, é porque esta prerrogativa é proibida a esses escravos proscritos pela máquina conhecida como Estado. Proudhon demonstrou claramente quanto qualquer teorema da matemática poderia ser demonstrado que, se o poder de tomar usura fosse estendido a todos, a usura se devoraria, em sua própria natureza. Mas este é exatamente um dos principais propósitos do Estado, ou seja, cortar uma grande parte da corrida da prática da usura e confiná-la a poucos, para que possam viver no luxo com o trabalho de seus escravos criados artificialmente.

O mesmo é verdade para todas as outras prerrogativas que se vinculam à propriedade. Seja a propriedade da terra, em si mesma, certa ou errada, é, na prática, apenas um erro, porque o Estado é projetado principalmente para garantir que a propriedade da terra seja investida em uma minoria em vez de todos. Se o Estado pudesse declarar que de amanhã em diante a propriedade da terra deveria ser estendida a todos, e que todos os proprietários de terras devem, no futuro, garantir suas propriedades por seus próprios méritos em vez de pela força, a propriedade da terra deixaria de ser um mal. Mas o Estado que pudesse ser feito para declarar tal coisa deixaria de ser o Estado.

Pedimos il leitore que examine cuidadosamente a lei que colocamos em itálico acima e, então, tenha em mente os seguintes fatos melancólicos que resultam de ignorá-la ou de não conhecê-la:

1- A usura é uma prática errada porque o Estado cria e defende um monopólio na prática dela.

2- A propriedade da terra é uma prática errada porque o Estado foi criado para defender uma única minoria que se aproveita dela.

3- Aluguel e juros (formas de usura) são práticas erradas porque o Estado necessariamente confina a tomada de aluguel e juros às classes dotadas de monopólio.

Finalmente, toda a gama de transações entre indivíduos resulta em erros porque o Estado assume o direito de se posicionar despoticamente entre os indivíduos e seus próprios interesses mútuos. O Estado é a principal maldição da humanidade, a mãe dos erros humanos.